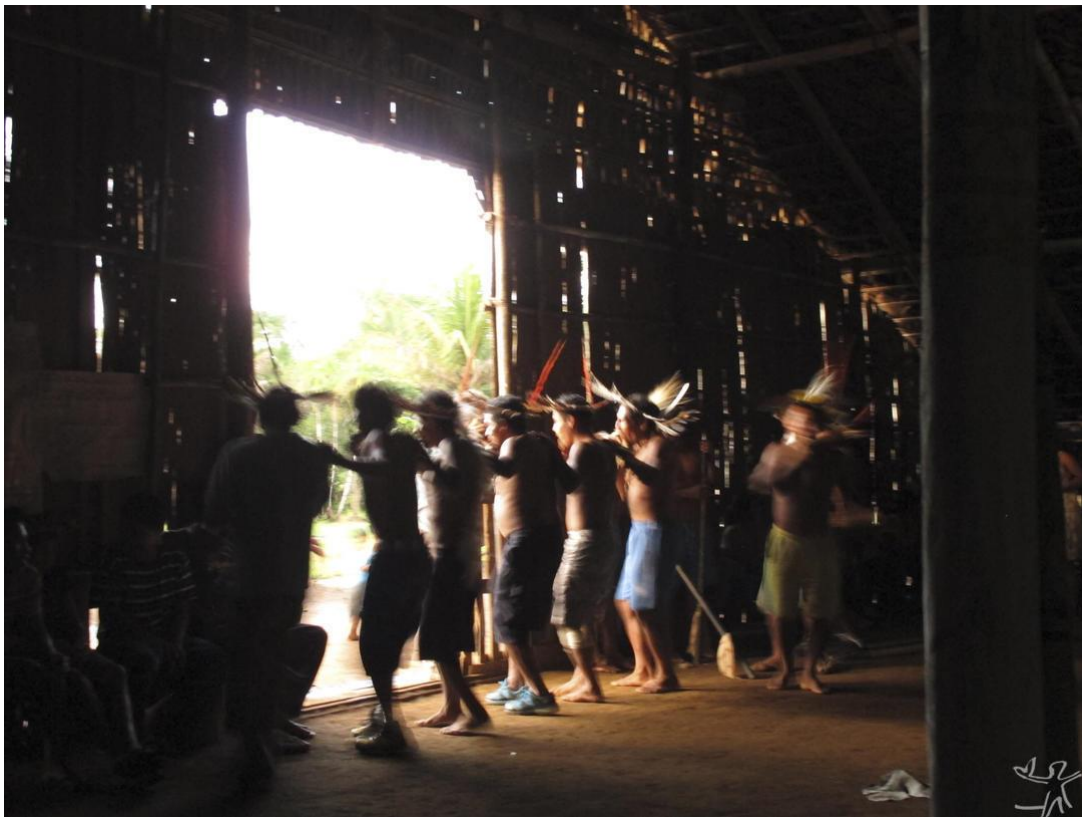


Estudo de caso

Demarcação das Terras indígenas no Alto Rio Negro

“Pela nossa tradição, pelo nosso conhecimento, pela nossa própria convivência, nós achamos que a terra é a mãe”

(Braz França, líder indígena Baré, do Alto Rio Negro)



Dança Dabacuri, Alto do Rio Negro. Foto: Adeilson Lopes da Silva/ISA.

Informação geo-referencial



O Alto Rio Negro tem alta concentração de territórios e povos indígenas. Lá estão localizadas sete Terras Indígenas (TIs), que, juntas, têm população total de 32.266 pessoas. As TIs da região são: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro 1, Médio Rio Negro 2, Balaio, Cué-Cué/Marabitanas, Rio Apaporis e Rio Tea. A extensão de todas as TIs do Rio Negro somadas é de mais de 11,5 milhões de hectares.

Destes territórios, só um ainda não foi homologado pelo governo federal, a TI Cué-Cué/Marabitanas, que foi apenas declarada até o momento. As TIs homologadas do Alto Rio Negro se estendem por parte dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Japurá, no norte do Amazonas. A maior parte destas TIs foi decretada no fim dos anos 1990, com exceção da Balaio.

Atualmente e em grande parte em razão das ações governamentais tomadas há mais de quatorze anos, o Rio Negro segue sendo uma das partes mais preservadas da Amazônia brasileira. Sua bacia hidrográfica de mais de 70 milhões de hectares abriga enorme diversidade biológica - algo como 260 espécies diferentes de plantas por hectare (um hectare equivale a 10 mil metros quadrados).

Grande parcela dessa riqueza está protegida legalmente em parques nacionais e terras indígenas. A região, localizada no extremo noroeste do território nacional, fronteira com

Colômbia e Venezuela, tem importância geopolítica e forte presença militar – há seis pelotões estabelecidos em posições estratégicas.

Demarcação das Terras Indígenas no Alto Rio Negro

A homologação de 10.6 milhões de hectares em terras indígenas no Alto Rio Negro é a principal vitória do movimento indígena no final dos anos 1990 e principal legado do governo Fernando Henrique Cardoso na temática indígena. Sua política indigenista ficou marcada mais pela burocracia e lentidão nos processos de reconhecimento de direitos, especialmente à terra, do que pela celeridade ou atenção à questão indígena.

Os principais avanços ocorridos no processo de demarcação das terras indígenas deram-se no contexto da execução do Plano de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), parte do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado pelas nações do grupo dos sete países mais industrializados do mundo, especialmente a Alemanha.

Entre as 31 identificações e 38 demarcações de terras indígenas localizadas na Amazônia, no âmbito do PPTAL, destacam-se as demarcações de terras contíguas na região do Alto Rio Negro. O processo de demarcação foi marcado positivamente pela participação indígena. O trabalho foi coordenado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e pelo Instituto Socioambiental (ISA) e envolveu a maior parte das 600 comunidades residentes na região. As comunidades foram visitadas, informadas e puderam tomar conhecimento sobre os novos limites das terras indígenas por meio de mapas e demais materiais informativos.

A demarcação das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, ocorridas entre dezembro de 1995 e maio de 1996, encerraram 30 anos de lutas dos povos nativos pela garantia de seus territórios e culturas. As cinco terras reconhecidas no final do século passado (TI Médio Rio Negro 1, TI Médio Rio Negro 2, TI Rio Téa, TI Rio Apapóris e TI Alto Rio Negro) formam uma área única na faixa de fronteira com Colômbia e Venezuela e são parte de um complexo cultural e ecológico ainda mais amplo. Posteriormente, em 2009, a TI Balaio veio a se somar a estas áreas homologadas pelo governo federal no Alto Rio Negro.

Lideranças tocaram flautas japurutu na festa de abertura da assembleia geral da Foirn. Em 27 anos



de existência foi a primeira vez que a Foirn realizou sua assembleia geral em Santa Isabel do Rio Negro que ao lado de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira formam a área de abrangência da organização. Os três municípios totalizam 295 mil km². Foto: Wilde Itaborahy/ISA.

Características demográficas e culturais



Comunidade Baniwa de Tucumã-Rupitã e a Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali (EIBC-Pamáali), Alto Rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil. Foto: Irineu Laureano.

A maior parte da região é constituída por terras da União (Terras Indígenas e um Parque Nacional). A população indígena atual constitui pelo menos 90% do total, embora os mais de dois séculos de contato e comércio entre os povos nativos e os brancos tenha forçado a ida de muitos índios para o Baixo Rio Negro ou para as cidades de Manaus e Belém, bem como levado pessoas de outras origens a se estabelecerem ali. Nordestinos, paraenses e pessoas de outras partes do Brasil e do Amazonas se concentram nos poucos centros urbanos regionais.

Ao longo dos grandes rios Negro, Içana, Tiquié e Uaupés, vivem 23 etnias indígenas diferentes, grupos ligados à região há séculos. Cada uma com língua, história, cultura e costumes próprios. Os municípios que compõem a região do Rio Negro, no norte da Amazônia, contam com muitos indígenas em relação ao total da população.

De acordo com dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, em São Gabriel da Cachoeira vivem 37.896 pessoas, das quais 29.017 são indígenas. Em Santa Isabel do Rio Negro, vivem 18.146 pessoas, sendo 10.749 indígenas. Em Barcelos, das 25.718 pessoas no município, 8.367 são indígenas. Em Japurá, dos 7.326 habitantes, em 2010, 1.348 eram indígenas.

São Gabriel, por sinal, é um dos únicos municípios brasileiros que tem, além do português, duas línguas indígenas oficiais, o Tukano e o Baniwa. A força dos índios na região é tanta que,

em janeiro de 2009, assumiram a prefeitura de São Gabriel um prefeito da etnia Tariano e um vice Baniwa. Um feito inédito na Amazônia e no Brasil.

Na TI Alto Rio Negro, de acordo com o censo do IBGE de 2010, o número de habitantes indígenas soma 15.183 pessoas, quase o número total de habitantes deste território. O número de pessoas não-indígenas é de apenas 102 pessoas. Entre os indígenas deste território, 48,1% são mulheres e 51,9% são homens. A faixa etária predominante nesta TI é a situada entre 25 e 49 anos, que soma 4.135 pessoas, seguido dos habitantes entre 15 e 24 anos e, depois, de 5 a 9 anos.

A maior parte dos habitantes da TI Alto Rio Negro é alfabetizada. Da população com mais de dez anos (11.140 pessoas), 8.366 são alfabetizadas e 2.774 não foram alfabetizadas. As pessoas, com mais de dez anos, consideradas sem rendimento são a maioria neste território: 9.242 pessoas. Logo depois vêm aquelas que ganham até meio salário mínimo.

Na Terra Indígena Médio Rio Negro 1, segundo o censo do IBGE, toda a população é de indígenas, somando 2.013 pessoas. Desta população, 48% são mulheres e 52% homens. Assim como na TI Alto Rio Negro, a maior parte da população tem entre 25 e 49 anos: 541 pessoas. As pessoas com 50 anos ou mais são o segundo grupo mais numeroso, seguidos daquelas entre 15 e 24 anos de idade.

No Médio Rio Negro 1, a maioria das pessoas com mais de dez anos é alfabetizada. São 1.184 habitantes alfabetizados e 288 que não tiveram alfabetização. Pessoas sem rendimento também são a maioria na TI, somando 1.097 pessoas, seguidas por aquelas que ganham entre meio e um salário mínimo.

A TI Médio Rio Negro 2 tem 1.367 indígenas. De acordo com o censo, eles representam o total de pessoas residentes no território. 44% dessa população são mulheres, e 56% são homens. Como acontece nas outras TIs da região, a maior parte dos habitantes tem entre 25 e 49 anos: são 362 pessoas nessa faixa etária. O segundo maior grupo etário inclui as pessoas de 15 a 24 anos.

Nesta TI, a maior parte da população também é alfabetizada, contabilizando um total de 845 pessoas. Os não alfabetizados somam 139 habitantes. Outra semelhança com as outras TIs é em relação à faixa de pessoas, com mais de dez anos, sem rendimento, que reúne 699 pessoas. A segunda faixa de renda mais numerosa é aquela com pessoas que ganham entre meio e um salário mínimo.

A Terra Indígena Rio Apapóris tem menos habitantes do que as anteriores e a porcentagem de indígenas representa o total da população de 349 pessoas. 51,4% delas são do sexo masculino, 48,6% são mulheres. A faixa etária com mais pessoas, como nos outros territórios, é aquela que vai de 25 a 49 anos, seguida da que conta com os habitantes entre 15 e 24 anos.

Ao contrário do que acontece com as já citadas TIs, a taxa de pessoas não alfabetizadas (173 pessoas) supera a de alfabetizados (87 habitantes). O número de habitantes da TI Rio Apapóris sem rendimento é muito maior do que aqueles que apresentaram algum rendimento. A segunda faixa de renda mais numerosa reúne as pessoas que ganham até meio salário mínimo.

Também de acordo com os dados do censo do IBGE de 2010, a TI Rio Téa tem 323 habitantes indígenas, e cinco que não se declaram nem se consideram indígenas. Da população total, 45,7% são mulheres e 54,3% são homens. As pessoas com idade entre 25 e 49 anos são as mais numerosas nesta TI, seguidas por aquelas entre 5 e 9 anos.

Do total de pessoas com mais de dez anos nessa TI, 194 são alfabetizadas, e 33 não têm alfabetização. Em relação à renda, o número de habitantes sem nenhum rendimento, que soma 188 pessoas, também é muito maior do que aqueles que têm alguma fonte de renda. O número de pessoas que ganham entre meio e um salário mínimo, a segunda faixa mais numerosa, reúne apenas 20 pessoas.

A TI Balaio, homologada mais recentemente do que as outras cinco, é a menos populosa das TIs do Alto Rio Negro homologadas: tem apenas 75 habitantes, todos eles indígenas, de acordo, também, com o Censo do IBGE de 2010. 42,7% são mulheres e 57,3% são homens. A faixa etária com mais habitantes, assim como em todas as TIs do Alto Rio Negro é a que vai de 25 a 49 anos. As pessoas com mais de 50 anos são o segundo grupo mais numeroso nesta TI.

As pessoas com mais de dez anos na TI Balaio são, em geral, alfabetizadas. 56 habitantes são alfabetizados, ao contrário dos sete que não possuem alfabetização. O número de pessoas com mais de dez anos de idade sem rendimento também é maior neste território (47 pessoas), seguido pelas pessoas que ganham entre meio e um salário mínimo, 12 habitantes.

No alto e médio Rio Negro, vivem 22 povos indígenas, falantes das línguas Tukano Oriental, Aruak e Maku. As etnias que habitam a região apresentam diferenças entre si, mesmo que apenas em alguns aspectos. Alguns dos pontos em comum incluem os mitos, as atividades de subsistência, a arquitetura tradicional e cultura material. As similaridades são mais presentes entre os grupos Tukano Oriental e Aruak. Por habitarem as margens dos rios, são conhecidos como “povos do rio”. Os Maku são chamados de “povos da floresta”, por ocuparem, principalmente, o interior da mata.

O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro é entendido como um conjunto de saberes e práticas das técnicas de manejo dos espaços de cultivo (roça e quintais); do sistema alimentar; dos utensílios de processamento e armazenamento; e, por fim, da conformação de redes sociais de troca de sementes e plantas que se estende de Manaus, no Amazonas, à Mitu, na Amazônia Colombiana. O cultivo da mandioca brava, por meio da técnica de queima, plantio e

manejo de capoeiras (conhecido como coivara), é a base desse sistema, compartilhado por mais de 20 povos indígenas da região.



Roça da Dona Amélia (Tuyuka).
Comunidade São Pedro, Alto Rio Tiquié, Terra Indígena Alto Rio Negro, Amazonas, Brasil. Foto: Beto Ricardo/ISA.

História da demanda e estratégia de acesso

“Para nós, a palavra demarcação significa oficializar uma área que já era dos índios, que sempre foi dos índios” – Braz França, líder indígena Baré do Alto Rio Negro.



O processo de demarcação das TIs do Alto Rio Negro contou com ampla consulta aos povos indígenas.

Foto: Pedro Martinelli/ISA

O que existia na década de 1980 para a região do Alto Rio Negro era um projeto de demarcação de terras indígenas em ilhas, o que não interessava aos índios. O Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) esteve na região em 1987, antes de nova Constituição Federal, e as lideranças já realizavam uma campanha nesse sentido, fundando a Foirn.

Nessa época, os militares tinham aberto os pelotões de fronteira e não tinham outras ou novas ambições para aquela região. Ao mesmo tempo, as grandes mineradoras, que por muitos anos manifestaram interesses de pesquisa e lavra, também haviam abandonado seus projetos de mineração. Então, em certa medida, a região passou a viver um período de calmaria, sem grandes conflitos de interesses. Mas o projeto de demarcação contínua ainda era percebido pelos militares com resistência, em razão da extensão total da área e de sua localização em região de fronteira.

A primeira avaliação do cenário regional feita pelas organizações de apoio ao movimento indígena local foi a de que os argumentos em favor da demarcação em área contínua estavam mal demonstrados. Era preciso investir num mapeamento georreferenciado que demonstrasse melhor o uso que os índios tinham do território que eles reivindicavam. Então, os pesquisadores e ativistas passaram praticamente dois anos viajando pela região munidos de GPS, navegando por cada um dos rios, parando de comunidade em comunidade, e assim animando o mapa que tentava dimensionar e qualificar as áreas de uso, construindo um banco de dados a partir do qual seria montada uma campanha de convencimento.

E esse processo estava sob os auspícios da campanha pelo clima que já estava acontecendo na Europa, uma campanha pioneira, pois vale destacar que, já naquela época, a Europa Central fez um acordo de mão-dupla, por meio de sua seção austríaca, no qual eles se impuseram metas de redução de CO2 na Europa e construíram alianças de apoio com os índios na Amazônia. Estes, por sua vez, se comprometiam a manter suas terras florestadas. A aliança foi tão importante e duradoura que viabilizou o trabalho da Foirn ao longo de doze anos, fortalecendo a organização indígena e a parceria com o recém-fundado ISA, anteriormente CEDI, com o qual havia estabelecido uma parceria de longo prazo.

Este mapeamento, mobilização e o planejamento do trabalho foram pensados para longo prazo. De modo que, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso foi eleito, Márcio Santilli assumiu a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e, no primeiro ano do governo FHC, em 1995, o levantamento sobre a região estava pronto. Nesse período, num dos primeiros meses do ano, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma nota falando que o presidente iria em setembro a São Gabriel da Cachoeira ver de perto a situação da fronteira.

O presidente foi convidado a, uma vez em São Gabriel, falar com os índios e saber de suas demandas. Em agosto o presidente aceitou o convite. Uma recepção foi rapidamente organizada, superando uma grande má vontade dos militares em favorecer este encontro. Essa

má vontade se traduzia em inúmeros empecilhos, desde o argumento de que na maloca dos índios não havia estrutura para receber o presidente, até a protocolar “falta de agenda”.

Mas um representante da Casa Civil foi a São Gabriel se reunir antes com as organizações locais, em um episódio que se mostrou bastante curioso. Houve uma tertúlia de horas entre os representantes do ISA, índios, militares e a Casa Civil. Várias cascas de banana foram postas no caminho a fim de arranjar motivo para que não ocorresse o encontro com o presidente. Ao final o encontro ficou marcado para a sala do comandante do batalhão em São Gabriel, e havia na ocasião muitos jornalistas.

Na visita, a proposta da Foirn foi entregue e levada para a Funai. Depois de um tempo, o Nelson Jobim, então ministro da Defesa, foi ao Rio Negro. Ele requisitou os estudos que estavam na Funai pela área contínua. Na viagem do ministro à região, Márcio Santilli, ainda presidente da Funai, foi convidado para ir junto no avião. A ideia era levar o ministro na maloca da Foirn, mas na agenda do ministro não constava nada disso, apenas encontrar algumas lideranças no gabinete militar.

Mas Santilli convenceu o Nelson Jobim, que acabou fazendo uma parada na maloca da Foirn. O detalhe é que a Aeronáutica havia feito um acordo com os índios para poder barrar um igarapé e fazer uma pequena hidrelétrica para alimentar os radares do Sistema de Vigilância da Amazônia, o SIVAM. E o igarapé era o limite norte de uma das terras indígenas a ser demarcadas, a Médio Rio Negro 2.

Os índios aceitaram mudar o limite da terra para o igarapé abaixo, liberando a construção da barragem. E, em troca, pediram que a Aeronáutica apoiasse o pleito pela demarcação. E ela fez isso. Essa negociação foi muito importante, pois o próprio ministro, que tinha resistência em aceitar os argumentos pela demarcação contínua, sustentados pelos mapas, teria dito que o apoio da Aeronáutica valia politicamente mais do que os argumentos dos antropólogos.

Uma coisa importante é que nesse momento havia sido feito um cruzamento de mapas das comunidades com ecossistemas da região, gerando um argumento muito forte que demonstrava a presença na região de um solo muito pobre, a chamada capinarana, com vegetação diferenciada, e ficava evidente que as comunidades estavam assentadas em regiões de terra firme, cercadas por grandes extensões de capinarana, que são áridas, mas contém recursos importantes e nas quais os índios não habitam, mas usam os recursos. Este cruzamento do mapa das comunidades com o mapa das paisagens explicava em grande parte a dinâmica da população e consistia em um argumento muito forte pela demarcação em área contínua.

Ao mesmo tempo, um parecer da Advocacia Geral da União desmontava a paranoia militar de que a demarcação de grandes áreas contínuas em região de fronteira iria

vulnerabilizar o país, afetando a segurança nacional. O parecer afirmava claramente que a soberania nacional não seria fragilizada pela demarcação em área de fronteira.

Tudo isso contou a favor da proposta da demarcação contínua: o mapa novo, o apoio da Aeronáutica, a visita do FHC, o apoio da Dona Ruth, então primeira-dama, que havido escolhido levar a Comunidade Solidária para São Gabriel no primeiro ano do programa. De modo que no final de 1995 o ministro da Justiça assinou a delimitação das cinco TIs, a declaração pública do Estado reconhecendo os direitos dos índios sobre um território contínuo. Essa é a decisão política importante, que sai no Diário Oficial com memorial descritivo das áreas contínuas, cada uma com sua portaria de delimitação, que na somatória dão os 10.6 milhões de hectares e abrem o capítulo da demarcação física.

Quando essa área foi definida, com 10,6 milhões de hectares, 22 povos indígenas, 10% da população indígena do Brasil, na faixa de fronteira, não havia nenhum precedente de tal diversidade e localização. E o processo de demarcação foi muito participativo, inclusivo e mobilizador. Todas as comunidades foram visitadas, para assegurar que mesmo aquelas que não são permanentemente habitadas fossem incluídas no território. Mas foi uma demarcação pacífica, com pouca resistência local.

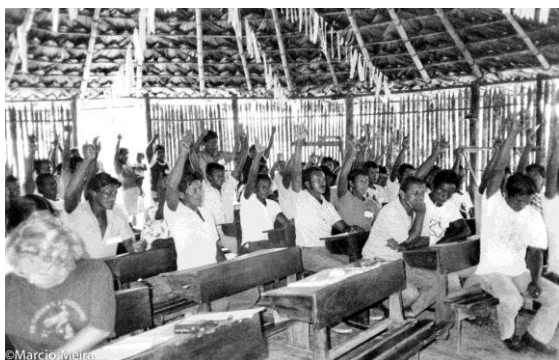
O trabalho contou com uma série de entrevistas coletivas que, por sua vez, gerou um levantamento socioeconômico para uma base de dados que, posteriormente à própria demarcação, serviu para a formulação de um conjunto de projetos-piloto para a região desenvolver-se em bases sustentáveis.

Hoje, o que precisaria avançar é a forma de governar aquele enorme território, pois um dos nós é que se trata de uma territorialidade transmunicipal, e todo o ordenamento jurídico e administrativo do Brasil é feito a partir das três esferas: União, estados e municípios. Então estas novas territorialidades, como a do Alto Rio Negro, se ressentem de uma unidade administrativa que possa dialogar diretamente com o orçamento federal, órgãos federais, para chegar a uma governança indígena de fato.

De todo modo é possível afirmar que o processo está avançando nesse sentido, com a eleição pela primeira vez de dois índios para a prefeitura de São Gabriel, entre outras conquistas recentes. O Rio Negro tem uma conjunção de fatores históricos – desde o fato dos índios serem descendentes dos que estavam lá há séculos, conhecerem bem os brancos e o mundo dos brancos, até o fato da região ser remota e de difícil acesso – que o elevam a um singular laboratório de experiências e projetos para o desenvolvimento sustentável.

Linha do tempo

Década de 1970. As lideranças indígenas do Alto Tiquié e Uaupés, incentivados pelos missionários católicos, começaram a reivindicar a demarcação de suas terras. As respostas da Funai são lentas. Em 1979, a Funai declara de “ocupação indígena” três áreas contíguas: Pari-Cachoeira, Iauareté, Içana-Aiari. Lideranças do Tiquié encaminham proposta para a delimitação do Alto Rio Negro como área única (proposta reiterada em 1981).



Na década de 1970, lideranças indígenas do Alto Rio Negro iniciaram as primeiras mobilizações pela demarcação das terras. Foto: Márcio Meira.

1984-85. A Funai faz proposta de delimitação de mais três áreas: Taraquá, Cubate, Içana-Xié, e propõe a inclusão na AI Pari-Cachoeira da região da Serra do Traíra, reconhecida como de posse permanente dos Maku. Em janeiro de 1985, as lideranças reunidas em Taraquá encaminham uma nova proposta de delimitação da região do Alto Rio Negro como área única. Um Grupo de Trabalho da Funai elabora uma proposta para delimitar a região do Alto Rio Negro como reserva indígena contínua com idêntica superfície. Em 1984, é realizada a primeira Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro.



Primeira Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Rio Negro, realizada em 1984. Foto: Beto Ricardo.

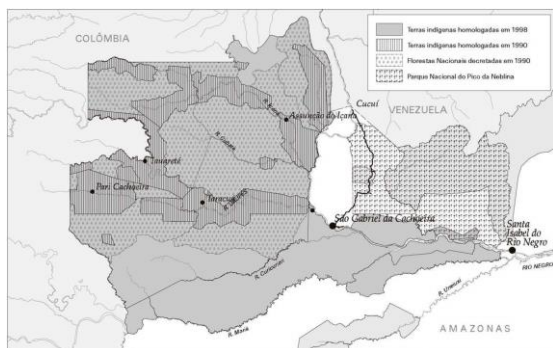
1986-87. Cresce a resistência dos setores militares, especialmente o CSN, contra a demarcação das TIs extensas e contínuas situadas na faixa de fronteira. O CSN esvazia o poder

administrativo da Funai. O Alto Rio Negro vira o principal laboratório dos militares para a implantação da estratégia de demarcar, reduzindo e fragmentando as TIs na faixa de fronteira. O CSN negocia com os Tukano do Tiquié, culminando com a realização de uma grande assembleia de lideranças em abril de 1987. É criada a Foirn.



1987. Álvaro Sampaio Tukano, na II Assembleia dos Povos Indígenas do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira (Amazonas), apresenta o cartaz da campanha dos direitos indígenas na Constituinte.

1989-90. Decretos presidenciais homologam a demarcação administrativa de três Áreas Indígenas em Pari-Cachoeira; e criam duas Flonas Pari-Cachoeira. Em seguida, outros decretos homologam a demarcação administrativa de áreas indígenas nas antigas reservas de Iauareté, Taraquá, Içana-Xié, Içana-Aiari e Cubate; outros decretos criam nove outras Flonas (Florestas Nacionais) na região. As áreas indígenas, ou “ilhas”, chegaram a ser demarcadas fisicamente, porém a maioria das marcas de concreto colocadas pelo Exército foi arrancada pelos índios e jogadas no rio. Os índios foram reclamar na Justiça, valendo-se dos dispositivos da nova Constituição Federal em vigor.



A criação das Florestas Nacionais e a separação das áreas indígenas em “ilhas” desagradaram os indígenas do Alto Rio Negro. Mapa: disponível no site da FOIRN.

1990-92. O Ministério Público Federal propõe uma Ação Declaratória perante a Justiça Federal contra a União, Funai e Ibama, com o objetivo de reconhecer a ocupação tradicional dos índios do Alto Rio Negro sobre uma área contínua, e a revogação dos decretos que criaram as 14 Áreas Indígenas e as 11 Flonas. Dois anos depois, foi requerida uma perícia antropológica sobre a área. Também a definição de uma nova sistemática de demarcação de TIs permitiu que fosse aprovado um novo parecer técnico que reunificava as Áreas Indígenas descontínuas bem como englobava as áreas das Flonas, estabelecendo mais uma vez os limites da chamada Área Indígena alto Rio Negro conforme o desejo dos índios. A Foirn reitera diante das autoridades a sua reivindicação de demarcar o Alto Rio Negro como área única.



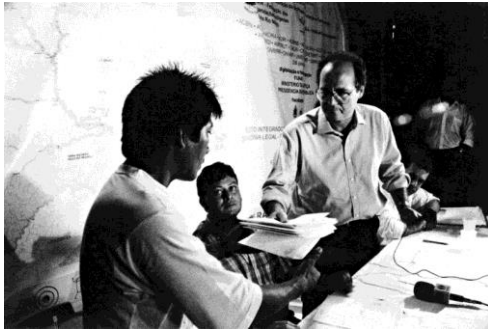
Jarbas Passarinho, ministro da Justiça entre 1990 e 1992, durante o governo Collor.
Foto: Roberto Barroso/Agência Brasil.

1993-95. A proposta de revisão administrativa das TIs no Alto Rio Negro continua tramitando no Ministério da Justiça, passando por diversas negociações com os setores militares até que finalmente, entre dezembro de 1995 e maio de 1996, o ministro declarou a área de posse permanente dos índios e determinou à Funai a demarcação administrativa de cinco TIs contíguas na região do Alto e Médio Rio Negro



O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em visita a São Gabriel da Cachoeira. Ele recebeu da diretoria da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o pedido para que o governo agilizasse a demarcação no Rio Negro (1996). Foto: Lula Marques/Folha Imagem.

1996-1998. A Funai abre mão da administração direta da demarcação e a Foirn oficialmente indica o ISA para assumir a tarefa. O ISA e a Foirn formulam um projeto para a consolidação da demarcação e um plano de proteção e fiscalização da área. As atividades de demarcação são realizadas entre abril de 1997 e abril de 1998. Finalmente, em 15 de abril de 1998, durante a 6ª Assembléia Geral da Foirn, o Ministro da Justiça entrega os decretos de homologação das cinco Terras Indígenas demarcadas, o que foi comemorado pelas lideranças como uma vitória histórica.



Renan Calheiros, ministro da Justiça, entregando aos índios, os decretos de homologação das terras indígenas demarcadas no Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira, Amazonas (1998). Foto: Beto Ricardo/ISA

2009. A TI Balaio é homologada pelo governo federal, vindo a se juntar às outras Terras Indígenas da região do Alto Rio Negro.



Primeira página do decreto de homologação da TI Balaio pelo presidente Lula, em dezembro de 2009.

Aspectos legais do acesso e controle da terra

“Nós queremos conduzir as nossas terras de acordo com as nossas normas indígenas” Maximiliano Menezes, liderança indígena Tukano do Alto Rio Negro.

Em meados dos anos 1980, a presença do Conselho de Segurança Nacional (CSN) nas decisões políticas referentes ao ordenamento territorial e à regularização fundiária na Amazônia vinha em um crescente contínuo. O poder da Funai foi esvaziado, dando espaço às estratégias militares de reconhecer os direitos territoriais dos índios apenas sobre as áreas “permanentemente ocupadas”, ou seja, as aldeias e seu entorno.

Essa tese seria derrotada pelo Congresso Nacional por conta da promulgação da nova Constituição, que consagrava o princípio de que o índio tem direitos originários e usufruto exclusivo sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Enquanto se formulava e se debatia a nova Constituição em Brasília, a região do Alto Rio Negro vinha sendo o principal laboratório dos militares para a implantação, na prática, da estratégia de demarcar, reduzir e fragmentar as terras indígenas na faixa de fronteira.

A situação levou as lideranças indígenas a convocar uma grande assembleia, em abril de 1987, para discutir três assuntos principais: o recém-chegado Projeto Calha Norte (PCN), a rubrica governamental que cobria todos os projetos na região, as atividades das empresas de mineração e a regularização das Terras Indígenas.

Financiada pelo governo federal via CSN, a assembleia foi unânime em reivindicar a demarcação urgente de uma área única no Alto Rio Negro, recusando a proposta do conselho de segurança de dividir a área em Colônias Agrícolas Indígenas. Nessa ocasião foi fundada a Foirn.

Criado o impasse, o CSN propôs uma solução intermediária, aceita por parte dos líderes indígenas: o governo federal reconheceria terras indígenas como um mosaico composto por Colônias Indígenas e por Florestas Nacionais (Flonas), de modo que a terra indígena resultaria em ilhas interligadas por florestas nacionais. A negociação envolvia a promessa do governo federal de prestar assistência técnica e econômica aos “índios aculturados”.

Com recursos do Calha Norte, vários levantamentos sócio-econômicos foram feitos ao longo de 1987 e 1988, processo que resultou em duas Áreas Indígenas, 12 Colônias Indígenas e 11 Flonas. Essa propostas foram confirmadas por meio de portarias interministeriais e decretos presidenciais que acabaram, depois de certo tempo, redundando na redução dos territórios e dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal.

Isso porque o desenho final da região reconheceu apenas o usufruto exclusivo dos índios sobre “ilhas” descontínuas as quais, somadas, totalizavam uma superfície de pouco mais de 2.600 hectares – o que correspondia aproximadamente a 32% das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios do Alto Rio Negro e reconhecidas pela Funai.

As “ilhas” chegaram a ser demarcadas fisicamente, porém a maioria dos marcos de concreto colocados pelo Exército foi arrancada pelos índios e jogada nos rios. Mas a reação indígena não ficou nisso. Em 1990, por meio de suas recém-fundadas organizações, os índios do Alto Rio Negro foram reclamar na Justiça, valendo-se de dispositivos da nova Constituição em vigor.

A partir dos protestos e manifestações das associações indígenas filiadas a Foirn, e tendo como base um laudo antropológico, o Ministério Público Federal propôs na Justiça Federal uma ação declaratória contra a União, Funai e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o órgão ambiental do governo federal. O objetivo era obter o reconhecimento oficial sobre uma área tradicionalmente ocupada de mais oito milhões

de hectares, em acordo as proposta da Funai feitas entre 1985 e 1986. A ação pedia também a revogação dos decretos que criaram as 14 áreas indígenas e as 11 Flonas.

Em 1991 abriu-se um novo caminho legal para a revisão das “ilhas” demarcadas no Alto Rio Negro até 1989, com a definição de uma nova sistemática de demarcação de terras indígenas pelo governo do então presidente Fernando Collor. As novas regras condicionavam a validade das decisões anteriores ao apoio dos grupos indígenas envolvidos e permitia à Funai rever as terras demarcadas com base na legislação antiga. Assim, em maio de 1992, a Funai aprovou um novo parecer técnico sobre o Alto Rio Negro que reunificava as Áreas Indígenas descontínuas e englobava inclusive as Flonas. No mês seguinte, lideranças indígenas do Rio Negro estiveram na Funai e na Procuradoria Geral da República buscando agilizar o processo de demarcação.

Com o encaminhamento do processo pela Funai, a responsabilidade quanto ao andamento do caso passou às mãos do ministro da Justiça, que detinha o poder para assinar uma portaria declarando a área como de posse permanente indígena para fins de demarcação. Em agosto de 1993, já sob o governo de Itamar Franco e mais de um ano depois do despacho oficial da Funai, o então ministro da Justiça encaminharia uma recomendação à Presidência da República para a revisão da demarcação no Alto Rio Negro, anulando os atos anteriores que criavam as “ilhas” e as Flonas.

Paralelamente, a Advocacia Geral da União foi também chamada pelo Ministério da Justiça a dar uma parecer sobre a possibilidade de demarcação contínua. Mas o processo perdeu velocidade nos anos de 1994 e 1995, ano da eleição e do primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Em outubro de 1995, porém, o ministro da Justiça Nelson Jobim foi a São Gabriel da Cachoeira por agenda com os militares e, acompanhado de Márcio Santilli, então presidente da Funai, reuniu-se com lideranças indígenas na sede da Foirn. Na ocasião, Jobim tomou ciência do acordo entre os índios e a Aeronáutica, pelo qual os primeiros cederam uma parcela de uma das terras indígenas projetadas para a construção de uma pequena hidrelétrica, em troca do apoio militar para a demarcação das terras.

No encontro, o ministro antecipou o parecer da Advocacia Geral da União que não via nenhum impeditivo para a demarcação das terras indígenas em área de fronteira. A nova proposta de demarcação contínua ainda foi submetida ao chamado direito de contestação, previsto no polêmico decreto 1.775, de autoria do ministro da Justiça.

Enquanto o governo avançava de forma lenta rumo à demarcação defendida pelos índios, a região do Médio Rio Negro sofria invasões de garimpeiros que desestabilizavam a vida de várias comunidades. E a região também sofria com um movimento indígena menos organizado e mais tardio em suas reivindicações.

Esse movimento passou ainda por um processo de reafirmação da identidade indígena das comunidades consideradas pelas autoridades federais como “caboclas”. Em outubro de 1990, uma assembleia de lideranças comunitárias colocou na pauta o reconhecimento dos direitos territoriais e a situação das invasões garimpeiras.

No final do ano, a serviço da Procuradoria Geral da República, o Museu Goeldi fez um levantamento na calha do rio Negro, entre a foz do rio Uaupés e a cidade de Santa Isabel, registrando mais de sessenta sítios e comunidades indígenas, com uma população total de 2.241 pessoas. O estudo, assinado pelo antropólogo Márcio Meira, propôs a demarcação da Terra Indígena Médio Rio Negro com 2.142.000 hectares.

Em seguida à realização deste trabalho, o Ministério Público Federal propôs uma Ação Declaratória contra a União Federal e a Funai pelo reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades indígenas. A Funai produziu na sequência um relatório antropológico que recomendava a demarcação de três áreas contíguas: TI Médio Rio Negro, TI Rio Téa e TI Rio Apapóris.

Finalmente, entre dezembro de 1995 e maio de 1996, o ministro Nelson Jobim declarou de posse permanente dos índios e determinou à Funai a demarcação administrativa de cinco terras indígenas contíguas na região do Alto e Médio Rio Negro, a saber: TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Rio Téa, TI Rio Apapóris, TI Alto Rio Negro.

O governo do estado do Amazonas chegou a contestar judicialmente quatro das cinco terras, por meio de mandado de segurança impetrado junto ao Superior Tribunal de Justiça, mas o julgamento final liberou a demarcação. O estado do Amazonas ainda recorreu da decisão, mas a Comunidade Indígena Curicuriari habilitou-se nos autos com apoio de advogados de organizações não-governamentais, solicitando e obtendo a decisão judicial definitiva, liberando a demarcação.

Superadas as dificuldades políticas e administrativas, em junho de 1996 a Funai convocou uma reunião na sede da Foirn para tratar do modelo de demarcação das cinco terras, quando aceitou algumas recomendações feitas pelos índios e organizações parceiras, a saber: como se trata de uma “área única” formada por terras contíguas, a demarcação física deveria ser feita considerando os limites externos do polígono formado pelas cinco terras e o fato de que a maior parte desses limites coincidem com a linha de fronteira internacional entre Brasil e Colômbia, já demarcada; não havia a necessidade de se abrir picadas nos cerca de 238 quilômetros de linhas secas existentes nos limites internos entre as terras indígenas, como também na área de superposição e nas linhas limítrofes comuns, entre a Terra Indígena Médio Rio Negro II e o Parque Nacional do Pico da Neblina; o processo de demarcação deveria ser mobilizador e participativo em todos os níveis, incluindo reuniões nas comunidades, produção de material informativo e o aproveitamento de mão-de-obra indígena.

A Funai acabou abrindo mão da administração da demarcação e a Foirn indicou o ISA, um de seus parceiros estratégicos, para assumir a tarefa. O projeto foi chamado de “Consolidação da demarcação” e teve que encarar uma situação sem precedentes, seja pela extensão, pela localização, pela pluralidade étnica, pelo número e distribuição das comunidades e pela distância e dificuldade de acesso entre elas e na região.

Mesmo assim, a Funai coordenou de forma indireta o rastreamento e materialização dos pontos geodésicos, com a abertura de clareiras e colocação de marcos, bem como a aquisição de equipamentos previstos no projeto, como botes, motores, rádios, veículos e outros. Esse modelo fracionado foi ineficaz, pois a empresa contratada não executou procedimentos técnicos com competência, chegando inclusive a implantar um dos marcos em território colombiano. Além disso, alguns custos foram duplicados, como os investidos na checagem dos pontos geodésicos.

As atividades de campo foram organizadas em 21 frentes de trabalho e realizadas entre abril de 1997 e abril de 1998. Só puderam ser realizadas nas datas previstas porque as organizações responsáveis colocaram à disposição suas equipes e equipamentos próprios, tentando driblar o fato de que os equipamentos previstos para o projeto sempre chegavam aos poucos, e depois do prazo estabelecido.

Foram organizados três tipos de frente de trabalho para percorrer a maior parte das comunidades e sítios, os rios internos ou próximos das fronteiras e para abertura das picadas secas e para fiscalização. Ao todo as equipes visitaram mais de 300 comunidades e sítios distribuindo material de campanha, fazendo reuniões e aplicando um questionário socioeconômico para traçar o perfil da região. Mais de 230 entrevistas coletivas foram realizadas, a partir das quais se gerou um banco de dados georreferenciado detalhado sobre a região.



Marco de bronze para a demarcação física das Terras Indígenas do Rio Negro, maloca da Federação nas Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Foto: Pedro Martinelli/ISA.

Avanços na gestão da terra e território

A maior parte das terras indígenas da bacia do Rio Negro encontram-se, hoje, demarcadas e homologadas, conquista alcançada após todas as lutas e mobilizações mencionadas anteriormente. A garantia dos direitos adquiridos e a busca por uma gestão sustentável dos territórios são grandes desafios para os povos indígenas da região.

Desde a década de 1990, diversos projetos envolvendo aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais têm sido desenvolvidos para fortalecer a gestão ambiental e territorial no rio Negro. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), decretada em 2012 pela Presidência da República, possibilitou a potencialização, articulação e expansão destas ações.

Para a construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), foi realizado, pela Foirn e pelo Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas do Ministério do Meio Ambiente (PDPI/MMA), um curso básico de gestão territorial e ambiental para a formação de lideranças do Rio Negro. Uma das metas do curso é fazer com que os participantes atuem como multiplicadores da temática nas comunidades, associações de base e coordenadorias regionais, buscando articular o PNGATI com as particularidades regionais do rio Negro.



Foirn encerra curso de gestão territorial e ambiental em São Gabriel da Cachoeira (AM). Foto: Raimundo Benjamin/Foirn

Em quatro módulos, que tiveram momentos presenciais e de dispersão nas comunidades, foram contemplados temas como a estrutura da PNGATI e seus antecedentes, os instrumentos de gestão territorial, em especial os etnomapeamentos e os planos de gestão territorial e ambiental, a realização de diagnósticos e os usos de equipamentos de pesquisa de campo.

Entre setembro e outubro de 2015, foram realizadas sete oficinas com os indígenas do Rio Negro para a construção dos PGTAs em seus territórios. O objetivo era socializar com as

comunidades, associações e lideranças indígenas eixos, diretrizes e ferramentas da PNGATI. Cada oficina teve participação, em média, de 200 pessoas.

Nas oficinas, foram realizados exercícios de diagnóstico sobre os principais problemas existentes, etnomapeamento, atualização de bases cartográficas, história de ocupação e territorialidades tradicionais, modos de governança, descrição de fauna e flora, censos e definição de temas prioritários para a elaboração dos PGTAs nos dois anos seguintes.

Como material de apoio, cada oficina contou com cadernos previamente elaborados que reuniram documentos, pesquisas e propostas que os indígenas, com a colaboração de parceiros, construíram em 40 anos de movimento indígena. Ou seja, mesmo antes da PNGATI, o movimento indígena rionegrino e parceiros realizavam pesquisas e ações de gestão territorial e ambiental nas sub-regiões.

Outro evento importante para fortalecimento da gestão territorial no Rio Negro, também realizado em setembro e outubro de 2015, foi a realização de um seminário sobre mineração com foco nos PGTAs em São Gabriel da Cachoeira, com participação de mais de 120 lideranças. O objetivo foi resgatar experiências passadas, atuais e discutir propostas futuras sobre extração mineral no contexto dos PGTAs.



Foirn promove debate sobre condições para mineração nas Terras Indígenas do Rio Negro (AM). Renato Martinelli Soares/ISA

Uma série de depoimentos sobre garimpos na região foram relatados, acompanhados de explicações e trajetórias das diferentes formas de organização próprias dos povos indígenas no Rio Negro desde a década de 1970. O documento final enfatiza que os povos e comunidades indígenas têm de ser consultados antes da aprovação de qualquer proposta legislativa e que sejam garantidos sua autonomia e protagonismo sobre atividades de extração mineral em suas terras.

A partir de uma parceria entre associações indígenas, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, em 2010, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reconheceu o Sistema Agrícola do Rio Negro como Patrimônio Cultural Brasileiro.



O Conselho Consultivo do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) reconheceu, por unanimidade, o sistema agrícola do Rio Negro como patrimônio cultural brasileiro. O bem será registrado no Livro dos Modos de Fazer e o instituto deve apoiar a elaboração e implementação de um Plano de Salvaguarda, Palácio Gustavo Capanema, sede do Iphan no Rio de Janeiro. Foto: Carla Dias/ISA.

Com o objetivo de implementar políticas públicas em parceria com o governo federal, estadual, municipal e organizações não-governamentais, a Foirn desenvolve o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável. São conjuntos de ações integradas para possibilitar o desenvolvimento adequado para os povos indígenas do Rio Negro.

As linhas de ação do Programa são Saúde, Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, Cidadania Indígena, Sustentabilidade e Segurança Alimentar, Educação Escolar Indígena, Formação e Fortalecimento das Associações Indígenas, Comunicação, Energia Alternativa e Renovável, Comercialização de Produtos Indígenas.

Em abril de 2015, durante a Semana do Índio, a Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) inaugurou duas Casas da Pimenta Baniwa, na TI Alto Rio Negro. As Casas da Pimenta são espaços de produção, envase e armazenamento da tradicional pimenta Jiquitaia, uma “farinha” de pimentas com sal que carrega uma diversidade enorme de variedades presente nas roças das mulheres baniwa. Em 2014, a produção alcançou mais de 4,2 mil potinhos de 35 ml de pimenta. Dessas, foram comercializadas 3,6 mil unidades por uma rede de 30 postos de venda espalhados nas capitais brasileiras.



Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) inaugurou mais duas Casas da Pimenta: uma localizada na Escola Pamaáli, no Rio Içana, e outra na comunidade Yamado, na margem direita do Rio Negro. Na foto, da esquerda p/ a direita: Os chefs Felipe Schaedler, Bela Gil e , ao centro, Alex Atala com as mulheres baniwa da comunidade Yamado. Foto: Beto Ricardo/ISA.

Em junho de 2014, foi realizado o seminário de Educação Indígena e o encontro do Território Etnoeducacional do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira. Mais de 350

professores e lideranças indígenas das comunidades localizadas nos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, além de representantes de instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

Alguns pontos destacados foram a estrutura precária, a falta de formação continuada dos professores, processo seletivo com padrões exteriores à região, falta de material didático produzido pelas próprias comunidades e em línguas indígenas, falta de reconhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas pelo governo e problemas com a qualidade e distribuição da merenda escolar.

No início de 2016, os indígenas denunciaram grave crise na saúde indígena do Rio Negro. De acordo com a entidade, faltariam medicamentos, aldeias estariam sem atendimento e postos de saúde em ruínas, pacientes estariam sendo transportados em condições precárias durante horas ao longo dos rios.

Em maio de 2014, a Foirn, em parceria com a empresa canadense e-KSS Inc., iniciou o projeto Telesaúde Indígena do Rio Negro. O objetivo é fazer o levantamento do perfil da saúde indígena nas comunidades do Rio Negro com o objetivo de diminuir os casos de mortalidade infantil e materna, principalmente. O projeto busca, também, fortalecer a cultura local por meio do resgate e valorização dos conhecimentos indígenas sobre saúde. Com a coleta de dados nas comunidades, é possível conhecer o perfil de saúde das mulheres e crianças.

A Foirn também tem projetos para o fortalecimento cultural dos povos indígenas do Rio Negro. Um deles é o Centro de Referências Culturais do Rio Negro, um espaço voltado para a pesquisa, documentação, produção e difusão de saberes das manifestações culturais dos povos indígenas do Rio Negro. O Centro possui equipamentos para produção de material audiovisual e em outros formatos, como o impresso, além de oficinas em audiovisual e novas tecnologias para que os indígenas se tornem protagonistas de suas produções. Há filiais do Centro espalhadas em aldeias da região, onde os indígenas podem produzir material sobre suas próprias manifestações. (retirado da página <http://www.foirn.org.br/category/iniciativas-e-projetos/projetos/>)

Referências

Ricardo, Beto. **A demarcação das Terras Indígenas do Alto Rio Negro**. Instituto Socioambiental e The Rights and Resources Initiative. 2010.

OLIVEIRA, Alessandro (org.); COELHO, Vicente (org.). **Cadernos de gestão territorial e ambiental no noroeste amazônico**. FOIRN & PDPI/MMA. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Terras Indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>>

Reportagens e textos na internet

Povos Indígenas do Rio Negro avançam na construção dos Planos de Gestão de seus territórios. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-indigenas-do-rio-negro-avancam-na-construcao-dos-planos-de-gestao-de-seus-territorios>>

Foirn promove debate sobre condições para mineração nas Terras Indígenas do Rio Negro (AM). Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/foirn-promove-debate-sobre-condicoes-de-mineracao-nas-terras-indigenas-na-regiao-do-rio-negro-am>>

Sistema Agrícola do Rio Negro é Patrimônio Cultural Brasileiro. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sistema-agricola-do-rio-negro-e-patrimonio-cultural-brasileiro>>

Inauguradas mais duas Casas da Pimenta Baniwa, com presença de Alex Atala e Bela Gil. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/inauguradas-mais-duas-casas-da-pimenta-baniwa-com-presenca-de-alex-atala-e-bela-gil>>

Rio Negro debate educação escolar indígena e Território Etnoeducacional. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/rio-negro-debate-educacao-escolar-indigena-e-territorio-etnoeducacional>>

Alto Rio Negro (AM) vive crise na saúde, denuncia organização indígena. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/alto-rio-negro-am-vive-crise-na-saude-denuncia-organizacao-indigena>>

Projeto Telesaúde no Rio Negro. Disponível em <<https://foirn.wordpress.com/2016/01/05/projeto-telesaude-no-rio-negro/>>

Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável. Disponível em <<http://www.foirn.org.br/iniciativas-e-projetos/programa-regional-de-desenvolvimento-indigena-sustentavel/>>

Projetos da Foirn. Disponível em <<http://www.foirn.org.br/category/iniciativas-e-projetos/projetos/>>

Dados sobre as etnias do Rio Negro do site Povos Indígenas do Brasil, do ISA. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/etnias-do-rio-negro/1523>> *A linha do tempo presente neste documento foi retirada deste site.

Vídeo

Nós, indígenas do Rio Negro. Foirn – Setor de Comunicação. 2004. Disponível, em quatro partes, no canal da Foirn no Youtube <https://www.youtube.com/channel/UC_HL_AJKk1gS1lxvaLe7pBA>

*As frases dos indígenas presentes neste documento foram extraídas do referido documentário.

Créditos

Moradores e organizações indígenas do Rio Negro.

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - Foirn.

Sistematização de Victor Pires Ferreira Corrêa, Instituto Socioambiental - ISA.

Ministério do Meio Ambiente – MMA.